



ATA DA 20ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.

Aos 9 (nove) dias do mês de abril de 2008, às 16h00min (dezesseis) horas, no Auditório “Luiz Felipe França Ramos”, no Edifício Campos Salles, sede do Ministério Público, na Rua Riachuelo, 115, 9º andar – Capital, realizou-se a 20ª reunião ordinária da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, presentes os integrantes da Procuradoria que assinaram o livro próprio. Também esteve presente à reunião o Excelentíssimo Corregedor Geral do Ministério Público, Dr. Antonio de Pádua Bertone Pereira. **ITENS DA PAUTA.** 1) **Leitura, apreciação e aprovação da ata da reunião anterior.** Dispensada a leitura, já que cópia da ata havia sido remetida, com antecedência, aos integrantes da Procuradoria. Sem qualquer alteração, foi a ata aprovada. 2) **Relatório mensal da distribuição.** A todos foi dada ciência do relatório de distribuição do mês de março de 2008. 3) **Exposição do Corregedor Geral:** Com O Doutor Bertone, Corregedor Geral, discorreu durante cerca de uma hora sobre as atividades de inspeção permanente e as preocupações da Corregedoria Geral a respeito da área de interesses difusos e coletivos. Destacou que a atividade de inspeção permanente é essencial para a Corregedoria Geral, e pode ser feita de duas formas: mediante a utilização das fichas de conceito, e mediante simples informações por ofício, explicando sobre a conveniência e oportunidade do uso de uma ou de outra forma, com a observação de que o uso das fichas de conceito é exclusiva dos Procuradores de Justiça. Salientou ainda que atualmente existem cerca de 30.000 (trinta mil) inquéritos civis e procedimentos preparatórios de inquérito civil em andamento no Estado de São Paulo, destacando que destes cerca de 12.700 são relativos a matéria ambiental e 10.400 de patrimônio público e improbidade. Além disso há cerca de 18.000 ações civis públicas em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

andamento. Daí a preocupação, cada vez mais acentuada, da Corregedoria Geral em relação à área de interesses difusos e coletivos, em especial quanto ao acúmulo de procedimentos parados nas Promotorias de Justiça, pelo que solicitou especial colaboração de nossa Procuradoria de Justiça no tocante a sugestões para o aprimoramento dos serviços. Destacou ainda o Dr. Bertone as mudanças que serão introduzidas nos relatórios mensais enviados à Corregedoria Geral para dar maior visibilidade às atividades da área de interesses difusos, sobre modificações que serão introduzidas no Manual de Atuação Funcional para adequá-lo ao Ato 484/06 que trata da tramitação dos inquéritos civis, bem como que irá propor ao Órgão Especial mudanças no regulamento do concurso de ingresso à carreira a fim de que seja dada maior ênfase e valor à área de interesses difusos. **4) Comunicações da Secretaria Executiva:** Após a exposição do Excelentíssimo Corregedor Geral, a reunião prosseguiu com os seguintes assuntos: **A) Preferências para distribuição:** A Secretaria Executiva solicitou aos colegas que completem a lista de preferência quanto à área de especialização junto à Oficial de Promotoria Chefe, preenchendo no mínimo quatro das cinco áreas, lembrando que são cinco as áreas (Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio, Consumidor, Cidadania e Infância e Juventude), para melhorar a eficiência do sistema de distribuição automática. **B) Turmas Especializadas:** A Secretaria Executiva lembrou ainda aos colegas que a primeira preferência de área corresponde à turma especializada escolhida. Comunicou, também, que nesta mesma data foi realizada a primeira reunião da Turma Ambiental, com a presença dos colegas Marisa, Daniel, Jorge, Kalil, Luiz Antonio e Fillipe, onde foram discutidos diversos assuntos de interesse do grupo, em especial quanto à tramitação dos casos na Câmara Especial do Meio Ambiente do Tribunal de Justiça. Também foi deliberado, com o propósito de melhorar a eficiência do serviço, que o grupo ambiental assumirá a tarefa de ciência de todos os casos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

da área ambiental que não tenham sido distribuídos ou em que o parecer tenha sido feito por membro desta Procuradoria de Justiça que não esteja atualmente em exercício, mediante escala semanal. Também foi deliberado, *ad referendum* deste plenário, aceitar a atribuição determinada pela Procuradoria Geral de Justiça para a propositura de ação rescisória de sentença num caso de natureza ambiental da Comarca de Santos. Decidiu-se, em relação à tramitação desse caso, pelo sorteio entre os membros do grupo, tendo sido sorteado o colega Daniel. **C) Ações rescisórias:** Após a exposição feita pela Secretaria de Justiça sobre o caso enviado pela Procuradoria Geral de Justiça para a propositura de uma ação rescisória de sentença de uma ação civil pública ambiental da Comarca de Santos, deliberou-se, por unanimidade, aceitar a atribuição. O Secretário Executivo disse, ainda, que entendia oportuno ampliar as atribuições nesse campo, solicitando ao Procurador Geral de Justiça a delegação de atribuição para contestar e acompanhar as ações rescisórias de ações civis públicas, ficando deliberado o estudo desse caso pela Secretaria Executiva, para apreciação e deliberação pelo plenário, pautando o caso para a próxima reunião. **D) Tramitação dos agravos de instrumento:** O Secretário Executivo expôs alguns casos em que o relator tem determinada a intimação do Promotor de Justiça para a apresentação de contra-razões, pelo juízo de primeiro grau, e, sem prejuízo, determinado a vista dos autos à Procuradoria de Justiça para o parecer. Diante desses casos, a Secretaria Executiva tem procurado contatar diretamente o colega, principalmente nos casos da Capital, para a apresentação da minuta, determinando imediatamente depois a distribuição dos autos. Propôs-se, assim, o estabelecimento de uma rotina de triagem de todos os agravos de instrumento, pela Secretaria Executiva, a fim de comunicar os colegas de primeira instância para o oferecimento de eventual contra-razões e juntada de peças, antes da distribuição, o que foi aprovado pelo plenário. **E)**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Impedimentos: O Secretário Executivo solicitou que os colegas verificassem de imediato nos malotes distribuídos eventual ocorrência de impedimento para atuação no feito, a fim de ser possível uma imediata redistribuição. **5) Comunicações dos membros da Procuradoria de Justiça:** **A) Votos:** A Dra. Maria Cristina propôs votos de louvor aos colegas Nilo, Wilson, Eduardo e Wallace, que atuaram como promotores de justiça convocados e designados junto a esta Procuradoria de Justiça desde sua criação, contribuindo sobremaneira para sua consolidação, por terem sido cessadas suas designações em razão de outras missões institucionais que lhes foram confiadas pelo atual Procurador Geral de Justiça, sendo aprovado por unanimidade. O Dr. Sérgio Neves Coelho propôs também votos de louvor ao colega Miranda, promovido ao cargo de Procurador de Justiça, o que também foi aprovado por unanimidade. Os membros desta Procuradoria de Justiça manifestaram votos de pesar e de solidariedade ao colega Rossini, em razão do falecimento de seu pai. **B) Agravos de Instrumento junto às Câmaras:** A Dra. Maria Cristina e o Dr. Luiz Antonio, falaram sobre ocorrências junto às Câmaras em que atuam, a propósito dos pedidos de vista para parecer nos agravos de instrumento. **C) Evento na Escola Superior do Ministério Público:** A Dra. Evelise comunicou que ficou acertada a participação nas quatro mesas do evento dos Desembargadores Dr. Gilberto Passos de Freitas, Dr. Samuel Júnior, Dr. Renato Nalini e Dra. Regina Capistrano. Comunicou que a data para o próximo dia 16 de maio, uma sexta-feira, com duas mesas pela manhã e duas mesas à tarde. Informou, ainda, que os nomes dos Promotores de Justiça que participarão das mesas como debatedores ainda não foram definidos pela Diretoria de Escola. Solicitou, por fim, que todos se manifestassem quanto ao interesse de participar na mesas como expositores, lembrando que os temas das mesas serão os seguintes: Primeira mesa: “Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos: Diagnóstico e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Perspectivas. Segunda mesa: “Atuação do Ministério Público em Segunda Instância”. Terceira mesa: “Questões processuais”. Quarta mesa: “Recursos: possibilidade e necessidade”. Deliberou-se, por unanimidade, que na primeira mesa o atual Secretário Executivo, Dr. Sérgio Neves Coelho, seria o expositor. Quanto às demais mesas, deliberou-se também por unanimidade, encaminhar e.mail para todos os colegas que estejam em exercício na Procuradoria de Justiça, solicitando a manifestação de interesse quanto à participação como expositor, dando-se preferência aos procuradores de justiça em efetivo exercício. **6) Encerramento.** A próxima reunião da Procuradoria será realizada no dia 7 de maio de 2008, às 16h00min horas, na sede do Ministério Público. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, presidida pelo Doutor Sérgio Neves Coelho, Secretário-Executivo, da qual lavrei, eu, Jorge Luiz Ussier, Vice-Secretário, a presente ata. São Paulo, 9 de abril de 2008.

SÉRGIO NEVES COELHO
Procurador de Justiça
Secretário-Executivo

JORGE LUIZ USSIER
Procurador de Justiça
Vice Secretário Executivo